



Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul

Estado do Paraná

Fl. 01

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 150/92

SÚMULA:- Cria o CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, de conformidade com a Lei Orgânica do Município (artigo 69, inciso III), torna público que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

SEÇÃO I

DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SUA CRIAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º. De conformidade com os artigos 169, 170 e 171, da Lei Orgânica do Município, e Leis nºs. 06/91 e 07/91, ambas de 03.01.91, fica criado o CONSELHO TUTELAR, como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, definidos em Lei.

SEÇÃO II

DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 2º. O CONSELHO TUTELAR será composto de 05 (cinco) Membros, com mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução.

Art. 3º. Compete ao CONSELHO TUTELAR, zelar pelo atendimento dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Título V).

SEÇÃO III

DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 4º. São requisitos para candidatar-se a exercer as funções de Membro do CONSELHO TUTELAR:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a 21 anos;
- III - residir no Município, pelo menos há dois anos;
- IV - reconhecida experiência na defesa ou atendimento de crianças e adolescentes, pelo menos há um ano;
- V - diploma de 2º Grau.

Art. 5º. Os Conselheiros serão eleitos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município.



Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul

Estado do Paraná

F1. 02

GABINETE DO PREFEITO

eleição presidida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada por representante indicado pelo Ministério Público.

Parágrafo único:- Podem votar os maiores de dezesseis anos, inscritos para tal, como eleitores do Município, até 01 (um) mês antes da eleição.

Art. 6º. O processo de escolha dos Membros do CONSELHO TUTELAR será presidido pelo C.M.D.C.A., e a fiscalização por Membro do Ministério Público.

Art. 7º. A eleição será organizada mediante resolução do C.M.D.C.A., na forma desta Lei.

Art. 8º. A candidatura é individual e sem vinculação a partido político.

Art. 9º. A candidatura deverá ser registrada no prazo de 02 (dois) meses antes da eleição, mediante apresentação do requerimento endereçado ao C.M.D.C.A., acompanhada de prova do preenchimento dos requisitos estabelecidos no artigo 4º.

Art. 10º. O pedido de registro será efetuado pelo Presidente do C.M.D.C.A., abrindo-se vista ao representante do Ministério Público, para eventuais impugnações, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo elaborada a relação definitiva dos candidatos, não havendo qualquer apelo legal.

Art. 11º. Terminado o prazo para registro das candidaturas, o C.M.D.C.A., mandará publicar Edital na imprensa local, além de colocá-lo em locais públicos, informando os nomes dos candidatos registrados e estabelecendo o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação para o recebimento da impugnação por qualquer eleitor inscrito.

Parágrafo único:- Oferecida a impugnação, os autos serão encaminhados ao Ministério Público, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 12º. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o C.M.D.C.A., publicará Edital com os nomes dos candidatos habilitados ao pleito.



Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul

Estado do Paraná

F1. 02

GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃO IV

DA REALIZAÇÃO DO PLEITO

Art. 13º. A eleição será convocada pelo C.M.D.C.A., mediante Edital Publicado na imprensa local, 30 (trinta) dias antes da data do pleito ou 06 (seis) meses antes do término dos mandatos dos Membros do CONSELHO TUTELAR.

Art. 14º. É vedada a propaganda eleitoral nos veículos de Comunicação Social, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas.

Art. 15º. As cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, mediante modelo previamente aprovado pelo C.M.D.C.A., ouvido o Ministério Público.

Art. 16º. Aplica-se, no que couber, o disposto na Legislação Eleitoral em vigor, quanto ao exercício do sufrágio e a apuração dos votos.

Parágrafo Único:- O C.M.D.C.A., poderá determinar os locais das seções eleitorais para efeito de votação, atento à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

Art. 17º. A medida em que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnação, que será definida em caráter definitivo e ouvido o Ministério Público.

SEÇÃO V

DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 18º. Concluída a apuração dos votos, o C.M.D.C.A., proclama o resultado da eleição, mandando publicar os nomes dos candidatos e o número de sufrágios recebidos.

§ 1º. Os 05 (cinco) primeiros votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação como suplentes;

§ 2º. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso;

§ 3º. Os eleitos serão nomeados pelo C.M.D.C.A., tomando posse no cargo de Conselheiro no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

§ 4º. Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.



Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul

Estado do Paraná

Fl. 04

GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃO VI

DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 19º. O exercício efetivo da função do Conselheiro, constará de serviço relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime, até julgamento definitivo.

Art. 20º. Compete ao CONSELHO TUTELAR exercer as atribuições constantes dos artigos 95 e 136, da Lei Federal nº 8.069/90.

Parágrafo único:- Incumbe ao Conselho Tutelar receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa, por desrespeito aos direitos assegurados à Criança e ao Adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido.

Art. 21º. Os recursos necessários à remuneração devida aos Membros do Conselho Tutelar, deverão constar da Lei Orçamentária Municipal.

Art. 22º. Na qualidade de Membros eleitos por mandato, os Conselheiros farão parte do Quadro de Funcionários da Administração Municipal e terão remuneração de acordo com o Quadro de Salário, enquadrado na Lei Municipal nº 28/91 (Classificação de Cargos e Salários) do Poder Executivo.

Parágrafo único:- Os funcionários públicos municipais, eleitos para o CONSELHO TUTELAR, poderão licenciar-se dos seus cargos e funções durante o mandato.

SEÇÃO VII

DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS

Art. 23º. Perderá o mandato o Conselheiro:

- I - que for condenado por sentença irrecorrível, pela prática de crime ou contravenção;
- II - que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou improbidade administrativa;
- III - que fixar residência fora do Município;
- IV - que proceda de modo incompatível com a dignidade do Conselho ou faltar com o decoro na sua conduta pública.



Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul

Estado do Paraná

Fl. 05

GABINETE DO PREFEITO

- V - que perder ou tiver suspensos os seus direitos políticos;
- VI - deixar de tomar posse, sem motivo justificado perante o Conselho, dentro do prazo estabelecido nesta Lei;
- VII - morte.

Parágrafo Único:- Verificada a hipótese prevista neste artigo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, declarará vago o posto de Conselheiro, dando posse imediatamente ao suplente.

Art. 24º. São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro, genro ou nora, irmão, cunhado, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou enteado(a).

Parágrafo Único:- Entende-se o impedimento do Conselheiro, na forma desta artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrito local.

SEÇÃO VIII

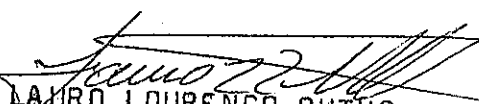
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25º. Após 30 (trinta) dias da eleição, os Conselheiros deverão elaborar o Regimento Interno que será apreciado pelo C.M.D.C.A.

Art. 26º. No prazo de 06 (seis) meses, contados da publicação desta Lei, realizar-se-á a primeira eleição para o CONSELHO TUTELAR, observando-se quanto à convocação e o disposto no artigo 25 (vinte e cinco) desta Lei.

Art. 27º. Esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-Pr., em 14 de outubro de 1992.


LAURO LOURENÇO RUTHS
Prefeito Municipal